

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/16899</b>	<b>25502/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Proposta de Recomendação para a Criação da Figura do Provedor Municipal do Idoso no Concelho de Braga - CHEGA</b>		
Unidade Administrativa		
<b>GAP - [APOIO PRESIDENCIA]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação da proposta alusiva à criação da figura do Provedor Municipal do Idoso no concelho de Braga.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data: 14/05/2026  
HASH: 727a7aeef1a2803776c4ee6e9c031f9

**BRAGA**



## Proposta de Recomendação para a Criação da Figura do Provedor Municipal do Idoso no Concelho de Braga

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Eleito/a: Filipe José Lima Aguiar

Partido: Chega

Na reunião de Câmara em que foi aprovada a nomeação do Provedor do Animal, ficou demonstrado que o Município de Braga reconhece a utilidade de figuras de mediação, acompanhamento e recomendação vocacionadas para matérias de interesse público municipal. Com ainda maior densidade social e humana, justifica-se a criação de uma figura específica de proximidade dedicada à população idosa, tendo em conta o envelhecimento demográfico, a vulnerabilidade acrescida de muitos idosos e a necessidade de reforçar mecanismos locais de escuta, sinalização e articulação institucional.

Em Portugal, esta figura já conhece aplicação municipal em vários concelhos. Guimarães foi o primeiro concelho do país a criar o Provedor do Idoso, em março de 2017. A Comissão de Proteção ao Idoso refere a existência desta função em municípios como Guimarães, Amares, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Vila Verde, bem como o alargamento do modelo a outros territórios. Para além do enquadramento nacional, importa assinalar, de forma breve, que soluções análogas existem também noutros países europeus.

Acresce que o reforço das competências municipais no domínio da ação social, incluindo o atendimento e acompanhamento social, veio consolidar o papel das câmaras municipais na identificação de situações de vulnerabilidade e na articulação de respostas de proximidade, tornando especialmente pertinente a criação de um mecanismo municipal de defesa, mediação e recomendação dirigido aos idosos.

Importa ainda ter presente que o Município de Braga já dispõe do **Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa**, estrutura municipal de proximidade dirigida ao atendimento, orientação, acompanhamento e encaminhamento de situações que envolvem a população sénior. A criação do Provedor Municipal do Idoso não visa substituir nem duplicar as competências desse gabinete, mas antes complementar essa resposta através de uma função própria de escuta, mediação, sinalização, recomendação e avaliação, reforçando a proteção dos direitos e interesses da população idosa do concelho e promovendo maior articulação entre os serviços, as instituições e os cidadãos.



A criação do **Provedor Municipal do Idoso** constitui uma medida de boa governação local, centrada na dignidade humana, na prevenção de vulnerabilidades e no reforço da capacidade do Município para ouvir, sinalizar e responder às necessidades da população.

Tratar-se-ia de uma figura de proximidade, com valor acrescido face aos mecanismos gerais já existentes, por permitir leitura territorial fina, articulação direta com a rede local e formulação de recomendações especificamente ajustadas à realidade do concelho de Braga.

**Assim, o Vereador do CHEGA na Câmara Municipal de Braga, Filipe Aguiar, propõe que a Câmara Municipal delibere provar a seguinte recomendação:**

1. **Aprovar uma recomendação** ao executivo para que promova a criação da figura do **Provedor Municipal do Idoso de Braga**, enquanto entidade de natureza não executiva, independente na emissão das suas recomendações e vocacionada para a defesa dos direitos, interesses e bem-estar da população idosa residente no concelho.
2. **Recomendar ao Executivo Municipal** que promova, através dos serviços municipais competentes, a elaboração de proposta de regulamento municipal ou de instrumento jurídico adequado que discipline a designação, estatuto, duração do mandato, meios de funcionamento, incompatibilidades, eventual impacto organizacional e articulação institucional do Provedor Municipal do Idoso de Braga, designadamente com o Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, com o Conselho Local de Ação Social, com as juntas de freguesia e com as demais entidades da rede social concelhia.
3. **Recomendar** que, em sede de desenho regulamentar subsequente, sejam ponderadas, entre outras, as seguintes funções para o Provedor Municipal do Idoso de Braga:
  - Receber exposições, queixas, denúncias ou participações relativas a situações que afetem direitos, segurança, dignidade, autonomia ou acesso a respostas sociais por parte de pessoas idosas do concelho.
  - Acompanhar casos sinalizados e promover o respetivo encaminhamento para os serviços municipais, entidades da administração central, instituições sociais, autoridades de saúde ou forças de segurança, sempre que tal se revele necessário.
  - Emitir recomendações, pareceres e propostas de melhoria dirigidas aos órgãos municipais e às entidades competentes, que visem a prevenção de situações de negligência, isolamento, abuso ou exclusão social e o aperfeiçoamento das respostas públicas.



- Sinalizar situações estruturais que afetem a qualidade de vida da população idosa no concelho, nomeadamente em matérias de mobilidade, acessibilidade, saúde, apoio domiciliário, habitação, solidão, informação e acesso a direitos sociais.
  - Promover a proximidade, escuta ativa e mediação institucional, funcionando como elo entre os cidadãos idosos, as famílias, as instituições e o Município.
  - Elaborar relatórios periódicos de atividade com identificação de problemas recorrentes, constrangimentos institucionais e propostas concretas de atuação pública municipal na área do envelhecimento e proteção dos idosos.
  - Contribuir para uma cultura municipal de respeito, valorização e proteção da população sénior, reforçando a prevenção de maus-tratos, abandono e exclusão social.
4. **Recomendar ao Executivo Municipal** que, no modelo institucional a adotar, assegure simplicidade procedimental, acessibilidade no contacto por parte dos idosos e das famílias, prestação pública de contas através de relatórios e recomendações, bem como clara articulação funcional com o Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa, reforçando a transparência e a qualidade da governação municipal nesta matéria.

